

35º Encontro Anual da Anpocs

GT03 - Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos

“O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental”.

Autora: Raquel Giffoni Pinto

O presente trabalho é resultado da minha dissertação de mestrado defendida em 2010 no Programa de Pós graduação em sociologia e antropologia da UFRJ, na qual analisamos as respostas de uma grande empresa produtora de celulose as críticas e denúncias de indígenas, quilombolas, camponeses no norte do Espírito Santo e extremo-sul da Bahia.

Neste texto pretendemos analisar os sentidos da noção de "risco social", empregada por consultores corporativos e gerências empresariais para se referirem aos conflitos fundiários e ambientais protagonizados pelos movimentos sociais, e compreender o sentido das ações justificadas em nome da necessidade de "gerenciar" tais riscos.

O Processo de Territorialização da monocultura de Eucalipto:

As estratégias utilizadas pelas empresas de celulose e papel para implantar suas monoculturas de eucalipto no norte do Espírito Santo e extremo-sul da Bahia já foram objeto de diversos estudos acadêmicos e segundo estes, a chegada destas empresas engendrou profundas mudanças na organização do território (FERREIRA, 2002; SALOMÃO, 2006; LOUREIRO, 2006; BARCELLOS, 2008; LOBINO, 2008; MARACCI, 2008). A análise do processo de implantação destas empresas no Espírito Santo e no sul da Bahia permite verificar como uma determinada forma de apropriação do espaço se contrapõe as diversas territorialidades existentes, entre elas de povos indígenas, quilombolas.

As primeiras terras adquiridas pela antiga Aracruz Florestal (atual Fibria Celulose e papel) em 1967, cerca de oito mil hectares, pertenciam à antiga Cofavi – Companhia Ferro e Aço de Vitória¹ – e foram repassadas pelo Estado para a Aracruz

¹ Em meados de 1940, aproximadamente 10 mil hectares de terras usadas pelos Tupinikim foram ocupadas e desmatadas pela Cofavi. Dossiê *Campanha Internacional pela Ampliação e Demarcação das Terras Indígenas Tupinikim e Guarani*. CIMI, Aracruz, 1996 (baseado no Relatório Final de Reestudo da Identificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios; Grupo Técnico, Portaria N.

(DALCOMUNI, 1990;189). Conforme Loureiro (2006) a empresa adquiriu “(...) *pela quantia simbólica de oito décimos de centésimos de cruzeiro o metro quadrado, mais trinta mil hectares de terras indígenas, que foram negociadas pelo Estado como se fossem terras devolutas*”.²

A primeira fábrica da Aracruz Celulose foi construída onde se localizava a Aldeia dos Macacos, habitada por índios Tupinikim.³ De acordo com o antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire, o biólogo e ambientalista Augusto Ruschi encontrou em Caieiras Velhas, em 1954, na margem esquerda do rio Piraquê-Açu em Aracruz, 80 índios “Tupi-Guarani”, vivendo em uma área de 30.000 hectares de florestas nativas. Todavia, já em 1971, Ruschi se defrontou com um grande desmatamento, no mesmo território, o que fez com que 700 famílias, de índios e posseiros, fossem deslocadas da região, então ocupada pela Aracruz Florestal.⁴

Nos primeiros anos a empresa não apareceu formalmente para adquirir terras; em vez disso, ela enviava compradores, que muitas vezes não eram identificados como seus emissários, para convencer os agricultores a venderem as suas terras (FASE /IBASE, 1994). É muito comum encontrarmos nas entrevistas e nos estudos consultados menção ao fato de que a população local ignorava completamente qual seria a empresa que iria para a região e muitos desconheciam o que seria feito das suas terras depois que as vendessem. Devido à restrição de pessoas jurídicas adquirirem terras devolutas, a Aracruz utilizava-se de funcionários que adquiriam essas terras (muitas delas já habitadas por índios Tupinikim e Guarani, posseiros e remanescentes de quilombos) e as repassavam para a empresa.⁵ Durante todo esse processo, os órgãos estaduais não verificaram se os requerentes eram de fato agricultores e se moravam nos terrenos em questão (ALES, 2002). Desta forma, 22 mil hectares de terras devolutas foram

0783/94 de 30 de agosto de 1994). In: Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto, 2002, p.26.

² Guimarães, Ewerton Montenegro. Sobre a situação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no estado do Espírito Santo. In: SANTOS, S. Coelho (Org.). O índio perante o direito. Florianópolis, EdUFSC, 1982. p143. In: LOUREIRO, (2006; 21)

³ A Aracruz plantou ainda eucaliptos nas seguintes aldeias indígenas: Amarelo, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Sauê, Gimuhuna, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Morcego, Garoupas, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalhinho, Sauaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Laginha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento. (LOUREIRO, K. 2006)

⁴ Dicionário dos Povos Indígenas do Brasil. Instituto SocioAmbiental (ISA). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt>

⁵ Segundo Batista (2002), 27% de todo o território de Espírito Santo eram de terras devolutas.

requeridas por 29 ex-funcionários da empresa e transmitidas sucessivamente à Aracruz Celulose (MMA, 2005).

Quando a Aracruz encontrava alguns moradores que resistiam à venda de suas terras as fontes consultadas apontam que a empresa adquiria terras vizinhas a essas propriedades. Tal estratégia teria deixado vários agricultores ilhados, cercados por eucaliptos, sem condições de cultivar e, portanto, permanecer naquela área. *“Daqui a pouco todas as terras em volta era tudo eucalipto, não tinha mais passagem (...)Então quando ele não era ameaçado de morte , quando o trator não entrava nas propriedades dele , com suas novas correntes de arrastão e tudo mais, ele era induzido, forçado a vender para a Aracruz.”*⁶.

Podemos observar, com o auxílio destes relatos, que a história da constituição da base territorial da Aracruz Celulose inclui estratégias discricionárias por parte da empresa, valendo-se da violência física e das chantagens econômicas para se apropriar do território antes tradicionalmente ocupados por povos Tupinikim e Guarani, quilombolas e pequenos agricultores.

A emergência da Crítica e os “riscos sociais”:

A crítica a tais práticas empresariais e aos extensos monocultivos de eucalipto tomou grande vulto a partir da década de 90 e se consolidou nos anos 2000 com a formação de uma rede de movimentos sociais críticos aos monocultivos de eucalipto, a Rede Alerta contra o Deserto Verde e com a internacionalização⁷ da luta dos Tupiniquins e Guaranis pela retomada de seu território. A questão quilombola, a partir do decreto 4887 de 2003, ganhou expressão nacional e as populações negras que tiveram a continuidade de suas práticas prejudicadas por estas empresas vêm se articulando e lutando pelo resgate de suas terras ora ocupadas pelos eucaliptais. Recentemente os movimentos de trabalhadores rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Via Campesina instituíram como bandeira a luta contra o agronegócio exportador, questionando o conceito de terra produtiva, tendo como um dos focos o setor de celulose e papel.

⁶ Entrevista com membros da Comissão de Justiça e Paz do ES. Arquivo FASE/IBASE, 1994.

⁷ Essa repercussão produziu dois casos emblemáticos: a venda de parte das ações da Aracruz, que pertenciam à família real Sueca e os atos públicos das ONGs alemãs nas empresas consumidoras de celulose da Aracruz. Ver: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2203507,00.html>.

A emergência destas manifestações críticas coincide com a procura das grandes empresas deste setor, que, a partir dos anos 2000, vêm contratando consultorias empresariais para a realização de estudos sobre ‘riscos sociais corporativos’ e para o desenvolvimento de metodologias de resolução de conflitos sociais. No léxico empresarial, os conflitos estão sendo nomeados de “riscos sociais” e, para gerir tais riscos, empresas de consultorias tendem a sugerir a adoção de projetos de responsabilidade social, que possibilitariam uma aproximação positiva com as comunidades. Os consultores empresariais norte-americanos Kytle e Ruggie (2005) afirmam que as grandes corporações estão se defrontando com mudanças na natureza dos riscos que habitualmente enfrentavam. A relação de interdependência típica de um mundo globalizado teria, para esses autores, um efeito duplo, pois ao mesmo tempo em que possibilitou uma importante conquista de mercados e uma maior eficiência comercial, expôs a empresa a maiores riscos que a tornam mais vulnerável face às pressões sociais e ambientais. Os autores chamam tais pressões exercidas pela sociedade civil e pela legislação de *risco social*: “*O risco social ocorre quando um stakeholder empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação, da imagem corporativa)*” (Kytle e Ruggie; 2005)

Segundo estes consultores, a probabilidade de um risco social ser difundido aumentou com a proliferação dos poderes das partes interessadas no ambiente global, mormente ONGs e novas formas de mídia, como sites que denunciam determinadas práticas empresariais. Essas organizações estariam em permanente disputa por “financiamento e atenção” e, como estratégia para causar impacto, costumam associar sua plataforma de protestos com a crítica a grandes multinacionais.

Os manuais e artigos empresariais por nós consultados (KYTLE; RUGGIE, 2005; HOLME, WATTS, 2000; GOMES et al, 2006, dentre outros) elegem os programas de responsabilidade social como instrumentos eficazes para enfrentar esta nova modalidade de risco. Aconselham que, à medida que o risco social afeta a reputação e mesmo as operações fabris e comerciais, os programas de responsabilidade social devem ser retirados da margem e elevados a uma área de importância estratégica nas decisões corporativas. Para Kytle e Ruggie (2005), até a emergência das questões relacionadas ao risco social, as empresas poderiam pensar a responsabilidade social como uma forma de cumprir suas obrigações cívicas. Entretanto, asseguram que o risco social não é um acontecimento rotineiro e, por isso, exige uma atenção maior e o desenvolvimento de novas técnicas de Responsabilidade Social.

Os consultores aconselham que a gestão do risco social se inicie pela identificação dos *stakeholders* mais empoderados, bem como das suas principais questões, com o objetivo de escolher quais serão as respostas mais adequadas que a empresa pode fornecer. Na literatura sobre empresas encontramos com frequência o termo em inglês *stakeholder*, comumente traduzido como *partes interessadas*, designa todos os atores sociais e instituições que afetam e são afetados pelas ações das empresas (FREEMAN, 1984 *apud* ANDRADE, 1999). Andrade (2001) faz uma divisão entre *stakeholders* tradicionais e *stakeholders* emergentes, sendo os primeiros os clientes, fornecedores, acionistas e outras empresas competidoras e os segundos as agências governamentais, as agências de regulação, ONGs, movimentos sociais, etc.

Os programas de responsabilidade social empresarial (RSE) proporcionam o contato com os *stakeholders*, por assim dizer, emergentes, que podem oferecer “*informações, conscientização e insights sobre quais são os riscos sociais, e ao mesmo tempo, um meio eficaz para responder a estes*” (KYTLE E RUGGIE, 2005). Defendem que programas sociais protagonizados pelas empresas sejam eles de geração de renda, educação e/ou na área de saúde, ao proporcionarem melhores condições sociais às comunidades, diminuem, em primeiro lugar, a probabilidade de riscos para as empresas. Diante desta conclusão, é fundamental para a sobrevivência das empresas a antecipação dos riscos sociais, através da criação de “*sistemas de gestão de risco*” que incluem conectividade com as comunidades, a partilha de informação e a integração da RSE com os seus programas de operações comerciais. Segundo Braga (2006), a análise do contexto em que o empreendimento será realizado, contabilizando todos os riscos possíveis, deve ser parte essencial do processo decisório, pois conhecer quais são as variáveis que podem influenciar o retorno dos investimentos é fundamental para “*reduzir as surpresas e antecipar ou simular comportamentos defensivos ou agressivos*” (BRAGA, 2006; 14). E esta análise deverá permanecer mesmo após a decisão locacional, pois novas variáveis de risco poderão surgir (BRAGA, 2006; BRAGA *et al* 2007).

Na sua pesquisa sobre responsabilidade social no setor de petróleo e gás, Vinha (2003) menciona o sociólogo e consultor empresarial John Elkington e seu artigo “*Laying the ghost of the Brent Spar*”, no qual analisa a relação entre a Shell e as ONGs ambientalistas depois do episódio Brent Spar⁸. De acordo com Elkington, a Shell vem

⁸ A Shell pretendia afundar uma plataforma desativada, a Brent Spar, no Oceano Atlântico no início da década de 1990 e foi impedida devido a mobilizações sociais na Europa. “*A campanha do Greenpeace*

se aproximando destas ONGs principalmente depois de uma pesquisa de opinião, realizada pela empresa de consultoria MORI, que revelava a má reputação do setor de petróleo e gás. Assim é que a Shell e outras empresas do setor elaboraram estratégias de envolvimento com os *stakeholders* como a única alternativa para melhorar sua imagem pública: “*Os resultados desta estratégia surpreenderam os membros das companhias, justamente aqueles who originally expected to have their throats cut if they let their _enemies‘ through the factory fence*” (ELKINGTON 1997; apud VINHA, 2003). Esta aproximação teria como objetivo evitar as situações potencializadoras de conflito social. Elkington qualificou esta nova fase do capitalismo como “*stakeholder capitalism*” (VINHA, 2003): “*...large companies around the world are beginning to recognise that legitimacy in society is an active responsibility, not a passive one. It takes a little courage to shed the command and control mentality – to see your stakeholders as sources of strength rather than instability*”. (ELKINGTON 1997; apud VINHA, 2003)

Conscientes de que a maioria das empresas não possui o que chamam de *business intelligence* para a previsão dos riscos e são “*inexperientes no controle da sociedade civil*”,⁹ as empresas de consultoria pretendem mostrar que os impactos de um risco social (citam principalmente protestos, intervenção política e boicotes) podem arruinar uma empresa, porque afetam diretamente suas operações produtivas e comerciais. A empresa que ignora uma crítica social, diz a vice-presidente da Booz Allen,¹⁰ incorre em um perigo real, pois não mensura a gravidade das conseqüências que esta crítica pode trazer.

No Brasil, não são muitas as empresas que mencionam realizar estudos de risco social. Os serviços mais encontrados são análises e gerenciamento de risco financeiro e ambiental. Outras empresas de consultoria de riscos já falam a respeito da importância de programas de responsabilidade social e mencionam estratégias para lidar com as comunidades do entorno.

contra o afundamento da Brent Spar começou em 30 de abril de 1995, quando ativistas ocuparam a plataforma. (...) Após 52 dias de confrontos, protestos de consumidores e negociações políticas, a Shell desistiu no dia 10 de junho. A Brent Spar foi desmontada e utilizada para fazer um novo cais na Noruega. A vitória do Greenpeace abriu um precedente e evitou que tanto a Shell quanto outras empresas utilizassem os oceanos como depósito de lixo poluente”. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/dez-anos-ap-s-brent-spar-plat/>

⁹ Disponível em: <http://www.boozallen.com/>

¹⁰ A Booz Allen Hamilton é uma empresa líder em consultoria de gestão e de tecnologia sediada no estado da Virgínia, Estados Unidos. Fornece seus serviços a diversas corporações internacionais e governos em todo o mundo.

A consultoria empresarial *Overseas*¹¹ defende que os programas de responsabilidade social das empresas podem servir como gerenciadores de risco: “*Atividades tais como o envolvimento com as comunidades são oportunidades ideais para gerar pressão positiva e aprimorar positivamente os gastos. A responsabilidade social pode torná-lo (o empreendimento) mais competitivo, e reduz o risco de danos imprevistos à sua reputação*”.¹²

Outra empresa de consultoria, a *Ambiente Público Consultoria*, realiza os seguintes trabalhos voltados à questão do gerenciamento dos riscos sociais: mapeamento de *Stakeholders*, criação de canais de diálogo com *Stakeholders*, Relatórios de Sustentabilidade e Certificações¹³. A empresa de consultoria Futura, que atua há 15 anos em Vitória, no Espírito Santo, e da qual a Aracruz Celulose é cliente, oferece como um de seus serviços a gestão dos riscos sociais, que segundo o site da empresa consiste em: “*Mapear e gerir, através de softwares específicos, visões, percepções, tendências sociais, políticas e econômicas de atores sociais diversos (população em geral, empresários, governo, entidades de classes, ONGs etc), com a finalidade de apresentar aos clientes: os riscos e os interesses destes atores*”.¹⁴ Dentre outros serviços oferecidos por esta consultoria estão: o desenvolvimento e acompanhamento de projetos de responsabilidade social; a criação de grupos de diálogos com os atores das comunidades que residem nas áreas de influência da empresa, para que seja garantido “*o licenciamento social para a implantação do empreendimento*”; a chamada “*Gestão Social*”, isto é, uma análise do contexto político e social para “*a tomada de decisões estratégicas*”; os “*Indicadores de Stakeholders*”, que permitem definir estratégias de comunicação através do mapeamento de assuntos de interesse dos principais grupos de atores que se relacionam com a empresa.

A consultoria Ruschel & Associados oferece, dentre outros serviços, o “suporte em audiências públicas”. Através de uma análise crítica das apresentações dos EIA/RIMAS, os consultores realizam: “*um roteiro de providências para evitar surpresas, hostilidades e contra-tempos durante a audiência pública*”¹⁵.

A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), sediada no Rio de Janeiro é uma organização que também utiliza a idéia de risco social. Esta

¹¹ Disponível em: www.overseasbr.com.br Acesso em 5/10/2008.

¹² Disponível em: www.overseasbr.com.br Acesso em 5/10/2008.

¹³ www.fatorambiental.com.br/atuacao/gerenciamento_riscos.php. Acesso em 5/10/2008.

¹⁴ <http://www.futuranet.ws/sustentabilidade>. Acesso em 10/11/2009.

¹⁵ <http://www.ruscheleassociados.com.br/2009/09/votorantim-celulose-e-papel/>

entidade sem fins lucrativos trabalha com membros da comunidade científica, agências 95 de fomento internacionais e empresas nacionais. Foi criada em 1992 com o objetivo de implementar os tratados aprovados na ECO92. Dentre os principais clientes da FBDS, destacam-se a Eletrobrás, Petrobras, Rhodia Energy Brasil e diversas empresas do setor de celulose e papel, como a Klabin, Aracruz, Votorantim e Suzano. No site da FBDS encontramos a adjetivação do risco social como “risco intangível”. Intangível porque, na maioria das vezes, não seria um risco diretamente econômico e financeiro, mas afetaria o valor de mercado da empresa. Os exemplos dos riscos intangíveis dados pela FBDS seriam: 1) o difícil relacionamento com comunidade do entorno e com as ONGs; 2) gestão ambiental falha, que possa levar a vazamentos, afetando a reputação da empresa (caso Petrobras e o vazamento na Baía de Guanabara); 3) a mudança na legislação ambiental, com maiores exigências, diminuindo a rentabilidade; 4) o tratamento inadequado da mão de obra e/ou dos fornecedores que afeta lucratividade e reputação. O desafio para lidar com tais riscos, segundo seus formuladores, seria a elaboração de metodologias de detalhamento das características do meio ambiente e da sociedade na região de grandes empreendimentos industriais, minerais, agrícolas ou florestais, que constituem “*um diferencial competitivo para as empresas*”, oferecendo “*segurança institucional e proporcionando soluções em tempo real para as mais diferentes demandas empresariais e governamentais*”¹⁶. (LINS, 2005)

Acerca do debate dos riscos intangíveis, o mundo corporativo vem se preocupando com o chamado custo indígena. Dois casos emblemáticos destes custos seriam a ocupação dos índios Xikrin nas instalações da Vale e a ocupação dos Tupinikim e Guaraní no porto privativo da Aracruz Celulose: “*Durante os dois dias de invasão dos Tupiniquins e Guaranis no porto capixaba, o país deixou de exportar cerca de US\$ 14 milhões em celulose. (...) Tão ou mais graves do que os prejuízos contabilizados são as perdas intangíveis. No cerne do problema está o risco de descumprimento de contratos e de quebra da credibilidade da indústria brasileira no exterior*”¹⁷ O artigo menciona que as companhias que mais contribuem para a “causa indígena” no Brasil são aquelas que mais sofrem invasões de propriedade. A Vale, que segundo o artigo é a maior doadora de recursos para povos indígenas perdeu em dois anos (2004 a 2006) cerca de US\$ 50 milhões em exportações devido às mobilizações

¹⁶ Disponível em: www.fbds.com.br. Acesso em 15/03/2009.

¹⁷ *O Estado é o responsável pela eclosão do custo indígena*. Por Claudio Fernandez. Revista custo Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.revistacustobrasil.com.br/pdf/06/Rep%2003.pdf>. Acesso em 10/05/2010.

indígenas em Carajás (PA) e em Minas Gerais. *“Em média, um índio custa para a CVRD cerca de R\$ 9 mil por ano, ou 2,2 salários mínimos por mês”*. Entretanto, estes custos tangíveis não conseguiram apaziguar os conflitos, ocasionando assim o re-custo indígena intangível: *“Mais grave do que o custo indígena é o re-custo indígena. Para muitas empresas, doar recursos e promover projetos sociais deixou de ser solução para se tornar o início de um novo problema. (...) É como se o mesmo cheque fosse sacado duas vezes. E o valor da segunda retirada é intangível; vem sob a forma de risco jurisdicional, ameaças de descumprimento de acordos comerciais e ferimentos à imagem institucional das corporações.”*¹⁸

Uma importante organização voltada para a discussão de programas de responsabilidade social e ambiental é o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS). Fundado em 1997, ele é uma coalizão de empresas do Brasil, representa no país o World Business Council for Sustainable Development, que integra uma rede global de mais de 50 conselhos. Para a verificação de riscos sociais, o CEBEDS recomenda que se façam questionários para fins de avaliação preliminar do contexto social e dos impactos potenciais da operação da empresa; este seria um primeiro passo para a integração de questões sociais ao planejamento do empreendimento. O conselho também acredita que os programas de RSE são fundamentais como mecanismos para o que chamam de “busca por contexto social estável e previsível”, praticamente o que os consultores norte-americanos chamariam de “gestão de risco social”. O CEBEDS defende que a RSE deve ser entendida como qualquer outro plano de investimento, em que se busca um retorno positivo ou a redução de riscos. *“Se as empresas internacionais estabelecerem políticas a partir de suas matrizes (a longa distância) sem promover parcerias com o envolvimento das comunidades com as quais fazem seus negócios, estarão correndo o risco de instigar sentimentos de alienação e de suspeita nesse público, mesmo se estas políticas forem bem intencionadas. No entanto, as empresas não podem se arriscar a instigar esses sentimentos pois essas comunidades são vitais para a manutenção de seu sucesso comercial. As vantagens são cada vez mais óbvias para muitos líderes*

¹⁸ *O Estado é o responsável pela eclosão do custo indígena*. Por Claudio Fernandez. Revista custo Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.revistacustobrasil.com.br/pdf/06/Rep%2003.pdf> . Acesso em 10/05/2010.

empresariais como a garantia da continuidade da licença de funcionamento e a redução de riscos e de custos operacionais”.¹⁹

O setor monocultor de eucalipto e *pinus* sempre esteve envolvido em diversos conflitos com as populações tradicionais e trabalhadores rurais. A pesquisa do Lôbo (2007) sobre monitoramento social nas empresas “florestais” localizadas no norte do estado de Minas Gerais sugere que, diante da situação de conflito social, seria importante a realização de trabalhos que reforcem a auto-estima das pessoas pertencentes às comunidades do entorno. Tais iniciativas, assegura, são favoráveis para o rompimento de resistências na aproximação entre comunidades e empresas, possibilitando uma atitude mais solícita por parte das primeiras. Em seu trabalho, Lôbo faz uma sistematização do que chama de “cenário caótico” para as empresas plantadoras de eucalipto. Elenca os pontos principais que engendrariam riscos para as empresas. Apontam para o favorecimento ou estímulo à retirada de resíduos das florestas plantadas, iniciativa que traz consigo o risco de atitudes radicais, como o corte de madeira e incêndios, ou que permite o uso de tais resíduos também por carvoarias envolvidas com trabalho infantil, fato que pode atingir seriamente a imagem das empresas de celulose. Também a baixa taxa de emprego nos plantios de eucalipto pode ocasionar o risco de ocupação de terras por parte dos movimentos sociais, assim como acionar aparato policial contra a retirada e queima de madeira clandestina e contra a ocupação de áreas da empresa pode gerar o risco de reação violentas contra o patrimônio das empresas. O clima de permanente tensão com as comunidades e movimentos sociais pode também prejudicar os processos de licenciamento e de certificação. Para o autor, as empresas podem controlar estes riscos, principalmente aqueles que se referem à retirada irregular de madeira, a partir do estabelecimento de 98 compromissos morais com as comunidades expressos na relação: “*dar-receber-retribuir*.”

Um estudo realizado por um funcionário da Aracruz e três pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa do departamento de engenharia florestal e de economia rural enfatizam, por exemplo, a importância de se minimizarem riscos potenciais para agregar ou manter o valor das empresas (Gomes *et al*, 2006). Sugerem que isso pode ser feito através do estabelecimento de relações “positivas” com a comunidade local. Desta

¹⁹ Holme , R. Watts, P. responsabilidade social empresarial: bom senso aliado a bons negócios. *Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*. 2000. <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/pub-rse-bom-senso-aliado-negocios.pdf>. Acesso em 15/03/2009.

maneira, transformam-se riscos em ativos e estes contribuiriam para o que chamaram de “*acumulação de capital social*”, que precisa ser “*capitalizado para garantir a licença para operar*”. O que o mundo corporativo vem chamando de *licença para operar* não se refere apenas à licença legal, mas fundamentalmente à “licença social”, isto é, ao apoio da sociedade local ao empreendimento, granjeando ambiente politicamente estável para a realização do mesmo. Neste processo as empresas não devem medir esforços, através da contratação de pessoal especializado, investimentos financeiros em programas comunitários, etc. (MONAGHAN *et al.*, 2003 *apud* GOMES *et al.*, 2006). Os autores defenderam que estas ações devem considerar a natureza das críticas direcionadas à empresa, todavia observaram que no setor “florestal” isso ainda não é plenamente realizado. Concluíram que apenas os programas de fomento florestal e os projetos de geração de renda estão contribuindo para “*agregar valor para as empresas e para sociedade*” (GOMES *et al.*, 2006) e talvez não estejam administrando bem os conflitos sociais traduzidos em *riscos* para a empresa.

Vemos que existe uma relação estreita entre a noção de capital social e a licença social para operar. Amplamente utilizado na literatura corporativa e também pelos nossos entrevistados,²⁰ o conceito de capital social é por eles definido de maneira fluida. Como vemos a partir da conceituação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, que se refere ao capital social como a qualidade das relações entre os grupos sociais, sendo o “*nível de confiança um fator essencial*”.²¹

“Ir às bases” : O risco social e a Aracruz Celulose:

No dia 8 de março de 2006, duas mil mulheres militantes da Via Campesina ocuparam e destruíram o laboratório e viveiro de mudas de eucalipto da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Segundo nota oficial da empresa, o prejuízo foi de US\$ 400 mil, sendo que a perda em “produtividade florestal” poderia chegar a milhões de dólares. Ainda em nota oficial, a Aracruz afirmou que estes atos ameaçam o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, além de afastarem a possibilidade de novos investimentos.²² Sob diversas notícias de que a empresa poderia desistir de seus projetos no Rio Grande do Sul – que nessa época disputava com o

²⁰ O funcionário do setor de sustentabilidade da Aracruz Celulose, o consultor e ex-funcionário da empresa e a consultora contratada pela empresa.

²¹ Fundado em 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é uma entidade sem fins lucrativos e tem como objetivo disseminar o conceito de governança corporativa no Brasil. Disponível em: http://www.fractalys.com.br/userimages/IBGC_4o_caderno_de_governanca_sustentabilidade.pdf. Acesso em 10/12/2009.

²² Disponível em : www.aracruz.com.br. Acesso em 10/12/2009.

Espírito Santo e a Bahia a construção de uma fábrica de celulose de US\$ 1,2 bilhão – ,156 o diretor operacional da empresa assegurou a intenção de permanecer no Estado: *“Esse ato de barbárie é alienígena ao ambiente do Rio Grande do Sul. Está claro para nós que não expressa, nem de longe, o que pensa a sociedade como um todo. Vamos manter nossos estudos no estado”*.²³

Nesse episódio veio a público, pela primeira vez, as diferentes iniciativas da Aracruz Celulose frente ao que denominou de “riscos sociais” nos negócios. Conforme reportagem do jornal Zero Hora, a Aracruz havia contratado uma empresa de consultoria para analisar o “*risco social para a instituição*” no caso da construção de uma nova fábrica nos arredores de Porto Alegre. Este estudo teria revelado que o potencial de “risco social” do Rio Grande do Sul seria menor que no Espírito Santo e na Bahia devido ao grau de politização da região metropolitana de Porto Alegre, que teria sido contatado por este estudo²⁴. Algumas empresas de consultoria também manifestaram na imprensa suas opiniões sobre o episódio, como a Austin Rating: *“As invasões de terra são para o setor agrário o que o roubo de cargas representa para o segmento do transporte. Se atingir um ponto de descontrole por parte do governo, torna-se também um risco político”*²⁵. A notícia sobre a contratação de uma empresa para realizar estudos sobre risco social mostrou que a mobilização política dos atores sociais é uma variável importante nos estudos de localização da empresa. Os conflitos entre comunidades locais e empresa, traduzidos em termos de riscos sociais corporativos, preocupam diferentes setores empresariais. A repercussão e notoriedade destes conflitos chegaram a reunir representantes da Aracruz Celulose e de outras seis grandes empresas, em janeiro de 2006, para tratar dos “*ataques*” promovidos por indígenas e representantes do MST às suas atividades produtivas. A reunião foi na sede da Companhia Vale do Rio Doce e estavam presentes executivos da CPFL, Alcoa, Alcan, Tractebel e Bunge. O objetivo da reunião era, segundo o presidente da Vale, *“que cada um relatasse os problemas sociais e ambientais que enfrenta e a forma encontrada para resolvê-los”*. O presidente da Aracruz elogiou a iniciativa: *“Pela primeira vez tivemos a oportunidade de trocar informações sobre um assunto tão delicado”*.²⁶

²³ Zero Hora, Reportagem Especial, 09/03/06.

²⁴ “Ameaça ao investimento de US\$ 1,2 bilhão”, Zero Hora, 09/3/2006.

²⁵ Zero Hora, Reportagem Especial, 10/03/06

²⁶ “Alguém vai encarar?” Revista Época, 19/03/06.

Dois anos antes a Aracruz havia contratado os serviços da consultoria britânica SustainAbility²⁷, que em 2004 desenvolveu o projeto “*Sustainability Strategy Forestry, pulp and paper*”. Segundo as poucas informações do site da SustainAbility, a demanda da Aracruz consistia no desenvolvimento de uma abordagem estratégica do conceito de sustentabilidade com a sua integração no núcleo dos processos corporativos. O site enuncia alguns dos resultados desta consultoria: o desenvolvimento de uma abordagem mais estruturada e estratégica da responsabilidade corporativa, a elaboração de instrumentos para ajudar na área de comunicação da companhia e a construção de suportes para uma nova estratégia de responsabilidade corporativa entre empregados e *shareholders*. Em conjunto com uma consultoria brasileira especialista em serviços para a implementação dos conceitos de sustentabilidade no âmbito empresarial, a SustainAbility desenvolveu também o projeto “*Engajamento de Stakeholders*”. Este teve como propósito avaliar a formação de estratégias de envolvimento com clientes, fornecedores, investidores e os que chamaram de *stakeholders externos* à Aracruz, isto é, as organizações não governamentais e as comunidades do entorno com as quais se pretendia realizar projetos pilotos de engajamento. O projeto de engajamento de *Stakeholders* desta empresa de consultoria brasileira colabora com o mapeamento dos *stakeholders que deverão ser priorizados*²⁸, assim o engajamento não deve apenas aproximar a empresa dos *stakeholders*, mas utilizar as informações fornecidas por estes para reformular estratégias gerenciais. A consultoria brasileira defende a importância desse trabalho porque que o sucesso de um empreendimento dependerá da forma como a empresa se relaciona com os seus *stakeholders*, visto que este relacionamento torna-se um recurso organizacional importante “*na medida em que a estratégia (da empresa) depende cada vez mais de suas influências e da capacidade de lidar com eles*”²⁹.

O relatório de sustentabilidade da empresa define engajamento como: “*relacionamento estruturado de maior profundidade que estabelece a empresa como parceira do desenvolvimento local.*” Este processo culminaria na ampliação do “*capital social, humano, a consciência ambiental e cidadã*”, além de “*agregar valor a corporação*” (ARACRUZ, 2008). Para o gerente de comunicação corporativa da Aracruz, o engajamento consiste no esforço por parte da empresa em se aproximar de grupos que são impactados por ela, “*e de cuja boa vontade elas dependem para*

²⁷ A SustainAbility foi fundada em 1987 por John Elkington.

²⁸ Disponível em: www.sustainability.com. Acesso em 10/05/2009.

²⁹ Informações disponíveis no site da consultoria contratada pela Aracruz Celulose. Acesso em 10/05/2009.

*alcançar seus objetivos (...) Mais simples é qualificar o engajamento como ouvir, entender e buscar pontos afins, tendo em vista harmonizar interesses diferentes (...) O que se pretende é, abrindo mão do pensamento único e de posições entrencheadas, ir às bases e tratar de chegar a um entendimento, a um relacionamento construtivo. Que passa, é claro, por concessões, as quais nem todo negociador, independentemente da parte que represente, está disposto a fazer”.*³⁰

A fim de não perturbar a estabilidade social do entorno do empreendimento e, com isso, colocar em risco anos de construção de uma imagem legítima, a empresa precisaria de programas bem estruturados para se aproximar da “base”, das comunidades que partilham o mesmo território, construir consensos sobre suas práticas através de relações harmonizadas, sob pena dos programas sociais serem inócuos à estabilidade política do território. Entre os anos de 2004 a 2008, uma consultoria realizou um diagnóstico sobre a gestão da sustentabilidade da Aracruz Celulose. Foram analisados como a empresa se relacionava com as comunidades do entorno, com ONGs, com as questões ambientais e político-institucionais e com a imprensa. Após este estudo, a consultoria apresentou algumas conclusões para a Aracruz Celulose. Com relação aos projetos sociais até então implementados, o estudo concluiu que eles não eram planejados do ponto de vista estratégico e, por isso, eram pouco eficazes na mitigação de conflitos. A percepção de que os programas sociais não estavam conseguindo estabilizar os conflitos é compartilhada também por um cientista social, ex-funcionário da área de relações comunitárias da Aracruz Celulose. Para ele, as bases da política de responsabilidade social da empresa estavam assentadas na filantropia assistencialista, o que teria criado uma relação de dependência das comunidades com a empresa: *“Com a filantropia você não vai agregar nada e corre o risco de ser extorquido depois (...) Ao invés de dar festa para comunidade, vinha e perguntava qual a vocação da comunidade”.*³¹ De acordo com esta estratégia, seria mais eficaz identificar quais são as atividades ou as “vocações” tradicionalmente praticadas pelas comunidades com as quais se deseja uma aproximação e, a partir destas, desenvolver projetos em articulação com elas. Devem ser iniciativas capazes de fortalecer a auto-organização social da comunidade e a cooperação entre os seus membros, contribuindo

³⁰ “Engajar ou morrer na praia”. Comunicação Empresarial 65. Dezembro 2007. Disponível em: Acesso em 10/05/2009.

³¹ Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

para formas de desenvolvimento regional endógeno, no sentido de ser justamente a própria comunidade a condutora deste processo.

A perspectiva estratégica da responsabilidade social ainda recente e minoritária dentro da Aracruz Celulose mantém a empresa em situação desfavorável no conflito social. O ex-consultor da empresa afirmou que, se os quilombolas tivessem sido inseridos em projetos sociais, não estariam causando tantos problemas à empresa; entretanto, como isso não foi feito, a empresa está “*na iminência de perder 50 mil hectares de terras para os quilombolas*”.³² A pouca importância dada à temática social nas estratégias corporativas explicaria, em sua opinião, a reprovação sistemática da Aracruz nos princípios três e quatro da organização certificadora internacional Forest Stewardship Council (FSC), justamente aqueles que se referem ao respeito às práticas sociais e culturais das comunidades locais. Este consultor disse-nos que a Aracruz chegou a gastar 23 milhões de reais com “*projetos assistencialistas*” para os índios do Espírito Santo. Tal postura assistencialista dos projetos de responsabilidade social teria provocado gastos econômicos estéreis para a Aracruz, na medida em que a empresa não conseguiu impedir a queda da sua reputação junto aos clientes no exterior nem a devolução das terras. Apoiando-se na sexta diretriz de Responsabilidade Social estabelecida pelo Instituto Ethos,³³ “Promova sua comunidade”, o consultor defende que é imprescindível que funcionários da empresa estejam presentes nas comunidades, conhecendo suas lideranças e seus “formadores de opinião”. Segundo o documento do Instituto Ethos, para que a empresa construa um relacionamento saudável com as comunidades carentes do entorno ela deve, entre outras iniciativas: “*estimular a formação de algum tipo de organização da comunidade, caso não ainda não haja nenhum, para ter voz nas reivindicações, participar de reuniões com lideranças locais, se a comunidade já tem um certo nível de organização, para a discussão de problemas e encaminhamento de soluções*”.³⁴

Um projeto de “engajamento de *stakeholders*”, como o desenvolvido para a Aracruz, contribuiria para geração de capital social para comunidade,³⁵ proporcionando

³² Consultor empresarial e ex-funcionário da Aracruz Celulose.

³³ Estas diretrizes estão na publicação: “Responsabilidade Social para micro e pequenas empresas. Passo a passo”, produzida pelo Instituto Ethos e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Disponível em:

http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf

³⁴ Disponível em:

http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf

³⁵ Segundo esta consultora, o capital social, por proceder da comunidade, não pode ser criado pela empresa; entretanto, deve ser incentivado por ela.

uma relação de confiança entre comunidade do entorno e empresa. As estratégias empresariais de relacionamentos com as comunidades devem passar pela análise profunda a respeito de como está organizado o “capital social” da comunidade “impactada” pelo empreendimento. Após esta análise, são traçadas ações para que a organização daquela comunidade caminhe em direção à confiança mútua entre ela e a empresa. Para isso, segundo a consultora, é preciso “*acumular o capital social*” antes que possíveis organizações críticas ao empreendimento como, por exemplo, certas ONGs e movimentos sociais “*nem sempre bem-intencionadas*” cheguem às comunidades e “*criam lideranças*”,³⁶ envolvam a comunidade e a convençam de que a relação com a empresa não será frutífera. Além disso, tais organizações estabelecem situações críticas, com a possibilidade de boicotes à empresa, acidentes, publicização do conflito em outros países.

Uma vez que a sociedade, de uma forma ou outra, irá se organizar, a disputa deve ser entre aqueles que estarão à frente desta organização, empresas ou movimentos sociais. Conforme a entrevistada, ainda que seja notório o poder exercido por uma empresa, a relação entre empresas e comunidades deve ser simétrica, pois conforme as palavras desta consultora “*agindo desta forma ela abre uma porta e a comunidade, ao invés de colocar fogo na floresta, vai lá conversar com o cara da empresa. Porque essas comunidades só querem ser ouvidas, serem vistas; agindo assim a empresa fará algo em prol do bem comum*”.³⁷

Vale ressaltar que as pesquisas acerca dos riscos sociais corporativos não são elaboradas apenas por consultores empresariais, mas também por acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, como sociologia, economia, engenharia, administração. Os resultados destas pesquisas chegam a conclusões semelhantes às supracitadas: “*Prevenir os riscos de reputação é menos dispendioso que assumir consequências financeiras e sociais de uma rejeição por parte dos consumidores. Prevenir os riscos sociais é menos dispendioso que o preço dos conflitos sociais*” (COSTA, BORIN s/data).

O setor de Sustentabilidade e Relações Corporativas da Aracruz Celulose mantém registros de todas as grandes manifestações críticas à empresa nos últimos dez anos: Principais manifestações da Rede Alerta Contra o Deserto Verde em Vitória;

³⁶ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em novembro de 2009.

³⁷ Entrevista com a funcionária de uma empresa de consultoria empresarial contratada pela Aracruz Celulose. Realizada em Novembro de 2009.

ocupação de terras pelos índios Tupinikim e Guarani em maio de 2005; ocupação da fábrica em Barra do Riacho e do Porto privativo da empresa em outubro de 2005; ocupações de terras pelo MST no Espírito Santo; destruição do viveiro de mudas no Rio Grande do Sul em 2006 pela Via Campesina; retomadas de terras pelos quilombolas em 2007; protestos em frente à empresa Procter & Gamble, na Alemanha, em outubro de 2006, por ONGs européias e índios do Espírito Santo; ocupação do porto da empresa por mais de 400 mulheres da Via Campesina em 2009.

Frente a este cenário conflituoso, existiria, conforme o funcionário do setor de sustentabilidade, a necessidade da empresa se perceber inserida neste contexto social, procurando entender como a sociedade se organiza e, a partir desta análise, traçar estratégias condizentes com uma nova configuração social, mais complexa e menos previsível. Segundo nosso entrevistado, antes a empresa lidava com instituições que eram hierarquizadas e previsíveis, eram o “espelho da estrutura da empresa”. Mas hoje a empresa lida com um “mundo em rede”, “um mundo caótico”. Este mundo se caracterizaria pela multiplicidade de interesses, ausência de organização e hierarquias; conforme mencionou, não existiriam mais “chefes para se fazer acertar.”³⁸ Se durante o processo de implantação da Aracruz, nas décadas de 1960 e 1970, o principal desafio dos empresários era granjear o apoio e o financiamento por parte dos governos nas diferentes esferas, atualmente eles também estão sendo chamados a se relacionar e garantir a aceitação de outros atores sociais, notadamente ONGs, movimentos sociais e consumidores. Os interesses múltiplos referem-se às diferentes críticas e demandas que têm como alvo a empresa (tais como a devolução das terras, a minimização do impacto ambiental, as questões trabalhistas etc).

A grande parte das críticas à empresa foi realizada pela Rede Alerta contra o Deserto Verde. Interessante observar que o termo “rede” é utilizado no discurso da empresa para responder às críticas advindas dos movimentos sociais supracitados. Se a empresa percebe que a sociedade civil está organizada em rede, ela deve se relacionar com estes atores também sob a forma de redes, pois, segundo este mesmo entrevistado, “o nível da resposta tem que estar relacionada com a demanda”³⁹. Além disso, não basta que a área de sustentabilidade esteja engajada no relacionamento com as comunidades;

³⁸ Entrevista com o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da empresa, concedida à pesquisadora em setembro de 2009.

³⁹ Entrevista com o funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da empresa, setembro de 2009.

é preciso que a área de operação florestal e a área industrial também estejam presentes. Para atuar neste “novo ambiente” é igualmente necessário um novo entendimento acerca da organização dos negócios, e para isso a “aprendizagem institucional” de todas as gerências da empresa é fundamental. Essa aprendizagem capacita a empresa para “responder em rede.”

O marco para o desenvolvimento desta “*adaptação cultural da empresa*” foi, segundo o funcionário entrevistado, um plano estratégico de sustentabilidade que começou a ser elaborado em 2004. Este novo plano teria surgido do seguinte questionamento: “*A Aracruz possui credenciais de sustentabilidade, mas essas credenciais são suficientes para enfrentar os desafios do atual ambiente de negócios?*”¹⁹⁵ Essas “*credenciais de sustentabilidade*” foram exemplificadas através: da presença no Índice Dow Jones de sustentabilidade global desde 2005 e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa em 2006 e 2007; da avançada tecnologia de plantios e industrial; áreas de plantio certificadas pelo Cerflor¹⁹⁶/ Pan European Forest Certification System (PEFC); da preservação de 170 mil hectares de reservas nativas (1/3 da área total) e quatro milhões de reais por ano em investimentos sociais. A gerência de sustentabilidade da empresa chegou à conclusão de que tais credenciais não estavam evitando conflitos fundiários nem consequentes perdas de lucratividade para empresa. Ante esta percepção considerou-se necessário repensar as estratégias socioambientais a fim de que estas atuassem efetivamente para a “*organização ao novo ambiente de negócios*” (ARACRUZ, 2003) e promovessem a necessária segurança para as atividades produtivas da empresa.

Para fazer frente a esses conflitos a empresa estruturou, em 2007, uma “matriz de prioridade” das comunidades onde atua. Uma empresa de consultoria realizou o treinamento de funcionários, a ida a campo e a aproximação com algumas comunidades não nomeadas. Segundo a Aracruz: “*Essas ações fazem parte de um conjunto de iniciativas que visam estruturar e aperfeiçoar nosso relacionamento com as partes interessadas – um processo que, no entendimento da Aracruz, representa um investimento de longo prazo que deverá apresentar resultados positivos a partir dos próximos anos*” (ARACRUZ, 2007). No âmbito deste plano e seguindo os estudos a respeito dos danos que as comunidades poderiam causar às atividades empresariais, foram desenvolvidos três processos de relacionamento empresa-comunidade: o “diálogo operacional”, a “agenda presencial” e o “engajamento”. Os processos de engajamento estariam destinados às comunidades de alta prioridade, a agenda presencial às

comunidades de média e baixa prioridade e o diálogo operacional perpassaria as três classificações. O engajamento seria uma espécie de “casamento” com a comunidade, enquanto a agenda presencial seria como um “namoro”, explicou-nos em entrevista o funcionário do setor de sustentabilidade da empresa. Em outros termos, o tipo de relação que o engajamento proporcionaria seria mais sólido e mais constante que outras formas de aproximação com as comunidades. Haveria, por exemplo, um incentivo maior na participação das lideranças locais e na integração com as “vocações” destas comunidades. As estratégias utilizadas para a execução destes projetos de engajamento seriam “a mobilização, articulação, formação e capacitação dos atores sociais , o financiamento e o desenvolvimento de projetos com parcerias locais” (ARACRUZ, 2008). Desta forma, as comunidades de alta prioridade, conforme definição da empresa, serão contempladas por projetos educacionais e de geração de renda, os chamados investimentos sociais. Naquelas comunidades classificadas de média ou baixa prioridade seriam realizadas ações sociais, notadamente doações. A agenda presencial, destinada a estas comunidades, consistiria na visita de um representante da empresa a fim de vivenciar a realidade local através da aproximação e presença constante nas comunidades. A empresa, bem como duas consultorias contratadas por ela, estabelece uma distinção entre “ações sociais” e “investimentos sociais”. As ações sociais seriam a atuação filantrópica da empresa, notadamente as doações por ela realizadas. Não exigem estudos estratégicos, não definem previamente os retornos almejados, ou seja, não são entendidas como uma estratégia corporativa. Ao contrário, os investimentos sociais seriam qualquer alocação voluntária – mas estratégica – de recursos financeiros, técnicos, gerenciais e humanos da empresa na sociedade em que está localizada.

O investimento social mantém assim a mesma exigência de qualquer outro investimento: a expectativa de obter lucros. No caso específico do investimento social, a empresa deseja obter rendimentos, pelo capital investido nos projetos sociais que se traduzem no arrefecimento dos conflitos sociais e na estabilidade para continuar com suas práticas produtivas.

De 2008 a 2009, as ações sociais da empresa no norte do Espírito Santo e no extremo sul da Bahia totalizaram R\$ 4,3 milhões⁴⁰. Foram realizados projetos de ampliação de escolas e de geração de renda, a construção de um posto de saúde e a

⁴⁰ “Fibria mostra resultados de investimentos sociais”, 28/01/2010 Disponível em: <http://www.sinpapel.com.br/Noticias/noticias2292.html>. Acesso em 20/03/2010.

doação de um tomógrafo. Segundo a empresa, este investimento beneficiou mais de 500 pequenos agricultores pelo projeto de incentivo à agricultura familiar e à apicultura. Os projetos supracitados, bem como outros da empresa, foram realizados com recursos do BNDES⁴¹.

Dentre as comunidades mapeadas pela empresa como de alto impacto, a maioria delas são quilombolas, tanto do Espírito Santo como do Sul da Bahia, disse-nos o funcionário da empresa. Preocupa a empresa o fato de que a demarcação dos territórios quilombolas pode sugerir a realização de uma “reforma agrária paralela”.⁴² A Aracruz afirma que as demandas quilombolas, se atendidas, poderão desapropriar até 21 milhões de hectares de terras em todo o País. (ARACRUZ, 2009).

A empresa vem tentando se aproximar das comunidades quilombolas através da realização de acordos e projetos. Estes acordos vão desde doação de farinha até a criação de associações de carvoeiros e agricultores. No Relatório de sustentabilidade de 2008 a empresa enumera as seguintes ações e projetos em andamento com as chamadas “Comunidades negras”. A construção de viveiros comunitários, projetos de agricultura familiar, apicultura, a reforma da casa de farinha⁴³, e a doação de pontas e galhos de eucalipto por meio da Associação de Pequenos Produtores e Lenhadores de Conceição da Barra (Apal-CB), no norte do Espírito Santo (ARACRUZ, 2008). A APAL-CB foi criada em 2003 e sua fundação foi estimulada pela Aracruz. Através dela a empresa

⁴¹ É fundamental mencionarmos o papel do BNDES, que desde o início da história da Aracruz atuou como seu principal financiador. Importante destacar que, desde 2006, o BNDES possui uma carteira para o financiamento a investimentos sociais de empresas. A Linha de Investimentos Sociais de Empresas veio substituir o antigo Programa de Apoio ao Investimento Social (PAIS). Esta nova linha de financiamento está destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos sociais realizados pelas empresas ou em parceria com instituições públicas ou organizações sem fins lucrativos. Esta linha se divide em duas modalidades: apoio a investimentos no âmbito das comunidades localizadas na área de influência geográfica da empresa e apoio a investimentos no âmbito da empresa. Para as ações destinadas às comunidades não são cobradas a taxa de remuneração, apenas a Taxa de juros a longo prazo (TJLP). O nível de participação do banco vai até 100% do projeto. Aqueles investimentos destinados à empresa pagam 1% de taxa de juros, enquanto o da empresa vai até 80%. O maior projeto social financiado foi para o setor de papel e celulose: a empresa Veracel (Fibria e Stora Enso) foi beneficiada com investimento social de R\$ 22,6 milhões, sendo R\$ 19,7 milhões financiados pelo banco. Estes dados permitem refletir que o processo de legitimação da empresa junto às comunidades passa necessariamente pelo financiamento do Estado. Com os vultosos empréstimos do BNDES para salvar a empresa da crise e os recursos destinados aos investimentos sociais, o Estado legitima as práticas empresariais da Aracruz Celulose, sancionando-as como de interesse público. Neste quadro os programas de responsabilidade socioambientais das empresas não representariam uma ausência do Estado, mas sua forte presença monetária, administrada, entretanto, sob os critérios e auspícios da empresa.

⁴² Na declaração da empresa consta a seguinte citação de Rolf Hackbart, então presidente do INCRA: “Não tenha dúvida: trata-se de uma reforma agrária paralela.” (Revista Veja, 04/04/07 - pp. 60-61).

⁴³ “ *Quitungo ou casa de farinha de São Mateus, um dos símbolos da herança cultural dos antigos moradores locais, foi adquirido e instalado pela extinta Aracruz Florestal no centro de operações da Empresa nesse município, onde durante anos a comunidade regional pode conhecer como seus antepassados produziam farinha de mandioca e beijus*” (ARACRUZ, 2008).

permite a cata dos resíduos do eucalipto. Esta associação é composta, em sua maioria, por membros de comunidades quilombolas da região; todavia, institucionalmente, ela não evidencia qualquer vínculo com a identidade quilombola, respondendo a critérios estabelecidos pela própria empresa. A aproximação da Aracruz ora encontra consentimentos, ora resistências por parte das comunidades quilombolas. Segundo uma liderança da comissão quilombola, a APAL-CB estaria inibindo a resistência das comunidades ao realizarem acordos com a empresa: *“A Aracruz fala que não aceita negociar com a associação quilombola, só com a APAL-CB. Mas aí nos falamos que não é isso que nós queremos. Queremos que entregue nossa terra. Ela tá cooptando os quilombolas, falando que vai ajudar, para eles não se tornarem quilombolas”*. (...) *“Bom, uma parte dos negros vai lá pegar aquele facho, vão lá pegar aquelas folhas e galhos. E realmente essa participação da comunidade com outra associação que não se identifica com os quilombolas está nos atrapalhando. Por quê? Porque alguns quilombolas são manipulados pela Aracruz, com migalha, sem conhecer a questão da legislação do direito quilombola deles, entendeu? Eles se vendem (...) Porque a Aracruz quer insistir uma ajuda à APAL-CB, porque a APAL-CB ela não trata no estatuto dela da questão quilombola, e sai manipulando, estão atrapalhando a gente”*.
44

Na mesma perspectiva, a empresa pretendia criar uma associação de agricultores com os moradores da região de Sapê do Norte. Entretanto, aqueles mobilizados na luta pela reconquista do território não concordam com semelhantes propostas. Segundo esta entrevistada, a empresa não reconhece os moradores da comunidade como quilombolas e por isso não mantém projetos com a Comissão Quilombola. Uma liderança da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra, nos disse: *“Nós não podemos aceitar o que ela quer, tem que ver o que a comunidade quer. A Aracruz é contra quilombola, mas como ela quer, não pode ser quilombola. Eles falam que é para a gente fazer a associação, que vai doar o terreno. Mas, nós dentro do que é nosso nós vamos fazer contrato com a empresa?”*⁴⁵

Um integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores relatou-nos que, em Nova Vista, no município de São Mateus, a Aracruz promoveu uma reunião, no início de 2009, na qual uma associação de pequenos agricultores foi criada. A empresa cederia

⁴⁴Liderança quilombola da comunidade de São Domingos. Entrevista realizada em março de 2009, Conceição da Barra, ES.

⁴⁵ Liderança quilombola da comunidade de São Domingos. Entrevista realizada em março de 2009, Conceição da Barra, ES.

para esta associação, conforme um acordo realizado, uma área de quase 14 ha de terra. Como neste terreno há plantios de eucaliptos, os membros da associação poderiam cortá-los para fazer carvão. O militante do MPA tem uma explicação para esta atitude da empresa: *“Por que eles fizeram isso? Uma forma de tentar acalmar o pessoal (...) Porque essa região nossa aqui é uma região que não tem essa questão muito de fogo²³⁴; se vocês passaram aqui, vocês observaram que naquela região da beira de pista você não vê eucalipto não, é fogo. Passa um caminhão de madeira, eles vão lá a noite, tacam fogo mesmo”*.⁴⁶

Com propostas de trabalho semelhantes as aplicadas no Espírito Santo, a empresa vem se aproximando também das comunidades quilombolas da Bahia . A fala de uma líder da comunidade quilombola de Helvécia, BA, transcrita a seguir, ilustra essa estratégia: *Eu fui em Brasília; a minha denúncia foi a questão que nós, hoje, estamos asfixiados pela monocultura de eucalipto. Então, depois disso, uns quinze dias depois, eu sei que vieram umas pessoas fazer entrevista por que que a comunidade estava insatisfeita, o que as empresas poderiam fazer. A gente não sabia de onde eram essas pessoas, falavam que eram de ONGs. Recebíamos telefonemas e tudo. E aí, passados mais ou menos quatro ou cinco meses após nossa ida a Brasília, aí começou a empresa se identificando, mandando pessoas entrevistar líderes da comunidade, pessoas da Associação, escola, instituições, de modo geral”* (MALERBA, SCHOTTZ, 2006). Hoje esta comunidade tem “parcerias” com a empresa de celulose, a qual, por exemplo, colaborou para a montagem de um laboratório de informática, com a reforma da escola e com o projeto de uma unidade de produção de mudas. Estes projetos, segundo a empresa, visam oferecer oportunidades educacionais e econômicas aos jovens de Helvécia, afirmando a intenção de manter alguns projetos sociais na comunidade e, por isso, de conseguir apoio de muitos moradores. *“A empresa passa mel na boca da gente de outra forma. Estávamos em uma briga com a empresa para reaver essas terras. E aí a empresa veio conversar. Aí perguntaram o que eles queriam e eles falaram que queriam emprego. E aí ela propôs o viveiro de mudas. Sempre que pedimos alguma coisa eles atendem. O cemitério de Helvécia estava cercado por eucalipto. A gente queria aquela área de volta, aí eles cederam uma pequena parte, uns*

⁴⁶ Militante do MPA-ES. Entrevista realizada em março de 2009. São Mateus, ES.

200 metros. A empresa tem um projeto de agricultura familiar aqui, fizeram um cadastro com as pessoas que queriam plantar, aí eles vão ajudar nas sementes”.⁴⁷

Em Nova Viçosa e em Caravelas (BA) existem dois projetos pilotos da Fibria idealizados sob estes princípios: “Pescar com Fibria”, em Caravelas, e “Cultura com Fibria”, no distrito de Helvécia, em Nova Viçosa (BA). Ambos integram o programa *Empreender com Fibria*, que visa capacitar as comunidades pobres para o empreendedorismo. Estes projetos têm o apoio de prefeituras e vereadores locais. Segundo o consultor de Sustentabilidade da Fibria: “*O Empreender com Fibria é uma oportunidade inovadora de mobilização coletiva em torno da busca das oportunidades e fortalecimento das potencialidades locais, assim como a promoção do verdadeiro engajamento das comunidades e sua emancipação socioeconômica*”.⁴⁸ O objetivo do primeiro projeto seria “estruturar a cadeia produtiva local de pescado” em parceria com a Associação dos Pescadores de Caravelas (Apesca) e a Colônia de Pescadores Z-25.

O projeto “Cultura com Fibria” tem como objetivo o “desenvolvimento de uma rede de Empreendimentos Culturais, composta de três subprojetos: “*disseminação da cultura empreendedora no núcleo urbano da comunidade, estruturação da rede de empreendimentos culturais e desenvolvimento do projeto do Centro Cultural de Helvécia*”.⁴⁹ Este projeto está formando 20 facilitadores em cada região, grande parte professores, com isso espera-se que haja uma disseminação da cultura empreendedora aos alunos das redes municipal e estadual.

É interessante notar que a comunidade de Helvécia ainda não teve suas terras demarcadas como quilombolas e muitas de suas áreas estão cobertas por eucalipto. A comunidade interrompeu, em 2006, a mobilização para exigir suas terras. Segundo a mesma entrevistada: “*recuamos na questão da territorialidade e estamos trabalhando mais a questão cultural. (...) acho que vai dar problema quando formos discutir a questão da territorialidade*”.⁵⁰

Podemos observar que na comunidade em questão houve um arrefecimento da luta pela retomada do território decorrente da aproximação da empresa com seus projetos de relações comunitárias. Todavia, se por um lado programas como os de geração de renda teriam a capacidade de destituir, ou pelo menos enfraquecer, o poder da crítica dos atores sociais mobilizados, através da construção de um suposto consenso, por outro,

⁴⁷ Quilombola de Helvécia, BA. Entrevista realizada em Março de 2009. Helvécia, BA.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.sulbahianews.com.br/ver.php?id=4750#>. Acesso em 5/5/2010.

⁴⁹ Disponível em: <http://fibriamkt.tauvirtual.com.br/2009/1111.htm>. Acesso em 5/05/2010.

⁵⁰ Quilombola de Helvécia, BA. Entrevista realizada em Março de 2009. Helvécia, BA.

estes programas podem coexistir com as críticas. Como nos mostra uma quilombola da comunidade de Linharinho, Conceição da Barra: “A *negociação do nosso direito nós não aceita. Toda firma pode fazer trabalho social, mas acordo nós não aceita. Nosso foco é a luta pela terra, nosso território (...) Podem fazer o que eles querem, reforma da casa de farinha, mas do nosso direito nós não abre mão*”⁵¹. Esta fala mostra-nos a trama complexa que integra as relações entre as comunidades e a empresa, não permitindo associações imediatas entre aceitação de programas sociais e consentimento das populações.

As aparentes contradições no trato com as comunidades quilombolas do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia demonstram que a dominação da empresa nesse território se exerce tanto pela violência ostensiva na vigilância dos plantios quanto pelo incentivo ao consentimento destes povos.

“A gestão antecipada da contestabilidade e a Responsabilidade Social Corporativa

Objeto central de um dos maiores clássicos da sociologia, o espírito do capitalismo foi conceituado por Max Weber como um conjunto de elementos éticos que sustentam o capitalismo. Segundo este autor, o processo de acumulação do capital é eminentemente amoral, posto que sua finalidade encerra-se em si mesmo. No capitalismo o ser humano vive em função dos seus negócios e não os negócios em função do ser humano (WEBER, 2004; 62), sua ética baseia-se em :“*ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão completamente despido de todos os pontos de vista eudemonistas ou mesmo hedonistas e pensando tão exclusivamente como um fim em si mesmo* (WEBER 2004;46). Ante esta ética amoral, o capitalismo, para se expandir e garantir a adesão da sociedade deve acercar-se de crenças e valores que constituirão o seu espírito e que irão fornecer argumentos morais para a justificação de seus modos de operação. Boltanski e Chiapello aprofundam as reflexões de Weber acerca do espírito do capitalismo e mostram-nos como o espírito do capitalismo conseguiu responder e ao mesmo tempo desarmar as demandas de autenticidade e autonomia elaboradas historicamente pelo que os autores chamaram de crítica *artística ou estética* enquanto as exigências de igualdade e justiça social presentes na crítica *social* foram ignoradas. Conforme a análise de Boltanski e Chiapello, o espírito do capitalismo é historicamente forjado no processo de assimilação de parte das críticas anticapitalistas. Essa dinâmica garante a sua

⁵¹ Quilombola de Linharinho. Entrevista realizada em fevereiro de 2009, Conceição da Barra, ES.

sobrevivência, assim como a sua força. Para garantir sua manutenção, o capitalismo necessita ao mesmo tempo incentivar e frear a insaciabilidade da acumulação de capital. O espírito do capitalismo é o meio através do qual esse movimento contraditório pode ser realizado. Ele fomenta a insaciabilidade, que incentiva a acumulação, mas a vincula também às exigências morais que o irão limitar e impor obrigações referentes ao bem comum. Assim, ao fornecer uma justificação moral ao capitalismo, este espírito lhe proporciona, concomitantemente, um *ponto de apoio crítico*. Este ponto de apoio crítico denuncia a distância entre as formas de acumulação e os critérios de justiça social, constringindo o seu processo de acumulação. Desta forma, são os movimentos da crítica que dizem ao capitalismo quais são os perigos que o circundam. A crítica constrange os “porta-vozes” do capitalismo a justificar suas práticas em termos do bem comum. Mas a qualidade destas justificações deve acompanhar o alcance social, o poder de persuasão e a credibilidade da crítica. Para serem eficazes as justificações devem estar assentadas em dispositivos que garantam um progresso real em termos do bem comum. Os dispositivos, na conceituação dos autores, são um conjunto de objetos, regras e convenções que estão orientados para justiça, mas sem o desprezo a busca pelo lucro (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2008:59). Desta forma o capitalismo atende parcialmente à crítica, diluindo e oferecendo-lhe um novo sentido associado à exigência da acumulação do capital (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2008:59). Outra forma de o capitalismo lidar com a crítica sem necessariamente incorporá-la é através dos deslocamentos. Quando o capitalismo se desloca, ele não satisfaz determinadas demandas da crítica, mas tenta evitá-la procurando novas formas de manter seus lucros. Perante esses rearranjos a crítica permanece, ainda que temporariamente, desarmada, pois não consegue dizer se esse novo estado de coisas lhe foi efetivamente favorável.

Estas reflexões nos ajudam a interpretar as inúmeras estratégias empresariais elaboração de programas de “responsabilidade social” ou de “relacionamento com comunidades” enquanto possíveis tentativas de desarme da crítica pela então Aracruz Celulose. Sob esta perspectiva entendemos que a legitimidade da empresa foi ameaçada pelo alcance da crítica dos movimentos sociais e, para se justificar, ela promove determinadas modificações em algumas de suas práticas frente às comunidades, argumentando que as práticas de outrora eram equivocadas ou ultrapassadas, respondendo assim a algumas críticas e se deslocando frente outras. Iniciativas como: “Diálogos com as partes interessadas”, “Parceria e envolvimento”, “Aproximação com as comunidades”, “formação de redes” com as populações do

entorno, possibilitariam uma maior aceitação da empresa no território onde está inserida, frente aos agentes financiadores e também frente aos seus consumidores nos países europeus. Se a crítica social afirma que empresa utilizou mecanismos autoritários e violentos na apropriação do território, hoje ela promove diálogos e projetos ‘participativos e horizontais de engajamento’ com as comunidades. Desta forma, nos parece que as práticas que qualificam a gestão empresarial do risco social integram os deslocamentos contemporâneos dos capitais ante seus críticos.

Alguns sociólogos, como Abramovay (2007), entendem os programas de “responsabilidade socioambiental” como avanços da empresa capitalista frente às demandas sociais. Este autor sugere que estariam acontecendo profundas transformações nas empresas capitalistas, que, por preconceitos e reducionismos, ainda não granjearam a devida atenção. Em suas palavras: *“A crítica à própria possibilidade de as empresas responderem a exigências socioambientais que estejam além daquilo que impõe a legislação se apóia, em última análise, na idéia de que, no capitalismo, a economia funciona por estar, de alguma maneira, separada da sociedade, livre de suas pressões. E, quando a sociedade resolve manifestar-se na esfera econômica, na vida das empresas e no funcionamento dos mercados, o resultado só pode ser demagogia (versão à esquerda) ou má alocação dos recursos (versão liberal)”*⁵² A questão social e ambiental, na visão de Abramovay, deixa então de ser um limite para a expansão e a manutenção dos negócios ou um problema exterior aos interesses corporativos para tornar-se intrínseca à empresa. Para o autor, existe um processo de incorporação das aspirações e das pressões sociais pelas empresas capitalistas. O “Socioambiental” seria visto, atualmente, como componente estratégico, *“do qual depende a integridade de qualquer organização contemporânea”*.⁵³

A partir da pesquisa de Godard e Hommel (2001), Abramovay afirma que as empresas não apenas tenderiam a cumprir a legislação ambiental como iriam além dela, buscando antecipar os anseios da sociedade. Thierry Hommel chamou este fenômeno de “gestão antecipada da contestabilidade”: *“Assim, (as empresas) são levadas a organizar o que chamam de gestão antecipada da contestabilidade: os lucros de uma grande empresa dependem da legitimidade e da credibilidade social que inspira. É muito mais que uma questão de marketing ou de imagem. Existem sistemas de legitimidade que permitem justificar as ações empresariais e cuja ausência amplia de forma extraordinária a incerteza de seu horizonte futuro. O que está em jogo vai além das disposições morais de cada*

⁵² “Oposições à empresa verde”. Por Ricardo Abramovay, para o Valor, de São Paulo, 30/11/2007.

⁵³ “A dimensão estratégica da responsabilidade socioambiental”. Por Ricardo Abramovay. Valor Econômico, 19/09/2008.

empresário individual: o importante é que há fenômenos sociais que interferem na própria organização industrial". (ABRAMOVAY, 2009) Esta análise é, segundo Abramovay, um convite para entender os mercados e as empresas como estruturas sociais permeáveis às constantes intervenções da sociedade. Para o autor, as mobilizações sociais não sofreram um arrefecimento nem tampouco suas demandas estariam sendo negadas ou manipuladas, mas apenas absorvidas sob novas formas e com a participação de novos atores, como a empresa capitalista: *"o tão propalado ceticismo contemporâneo que constata, desolado, o acanhamento dos movimentos sociais e uma espécie de conformismo 30 generalizado talvez não seja verdadeiro. O mais provável é que as aspirações e as demandas sociais estejam fluindo por canais menos espetaculares que os das grandes manifestações de massa, mas chegando a transformar dimensões cotidianas essenciais da vida social"* (ABRAMOVAY, 2009). Abramovay cita o estudo de Hoffman acerca do surgimento do ambientalismo corporativo nos Estados Unidos para reafirmar essa permeabilidade das pressões sociais nas empresas: *"ele (Hoffman) mostra a organização empresarial como campo social, permanentemente atravessado pela ação de militantes, pelas decisões do governo e pela própria reputação da firma. As escolhas das empresas não envolvem apenas seleção de tecnologias, preços e procedimentos produtivos, mas também a maneira como vão relacionar-se com as dimensões socioambientais do que fazem"* (ABRAMOVAY, 2009).

Nesta análise os programas de responsabilidade social e ambiental são entendidos como um acordo legítimo de coesão social, a fim de contornar os problemas da dinâmica capitalista, interpretando-os como residuais e não como inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista (MENEZES, 2010).

Considerações Finais:

As estratégias de aproximação com as comunidades e a implantação de programas de responsabilidade socioambiental da empresa podem ser entendidas enquanto respostas aos movimentos sociais críticos, constituindo uma face dos deslocamentos contemporâneos às críticas anticapitalistas. Alguns estudos apontam para a correspondência entre a inserção de programas de responsabilidade socioambiental nas empresas e as modificações no espírito do capitalismo. Nesta perspectiva, o processo de legitimação do capitalismo passaria pela assimilação da crítica a determinadas práticas empresariais e esta assimilação se materializaria na implantação de programas de geração de renda, promoção social, educação ambiental, dentre outros, pelas empresas nas comunidades do entorno. Referindo-se ao processo de institucionalização da responsabilidade social empresarial, Ventura (2006) afirma que:

“Esse processo ocorre como parte de um movimento de deslocamento do capitalismo, que significa uma recategorização do modelo, alimentando a construção de um novo espírito para o capitalismo – necessário para a mobilização das pessoas, além da dimensão material. Os deslocamentos são, portanto, a manifestação da dinâmica do capitalismo, que subverte a ordem existente, visando a sua reprodução” (VENTURA, 2006).

Os dados obtidos durante a pesquisa não fornecem elementos para supor que exista na Aracruz um processo de institucionalização do que vem sendo chamado de “responsabilidade social e ambiental”. Mas concordamos que as práticas que qualificam a gestão empresarial do “risco social” podem ser interpretadas como uma forma de deslocamentos contemporâneos dos capitais perante seus críticos. Se a crítica social afirma que a empresa utilizou mecanismos autoritários e violentos na apropriação dos diferentes territórios existentes no norte do Espírito Santo, hoje ela promove diálogos e projetos “participativos e horizontais de engajamento” com as comunidades, utilizando, por exemplo, sociólogos e antropólogos em sua equipe. A literatura gerencial consultada sustenta que os programas de responsabilidade social *“afetam o estoque de capital reputacional e, conseqüentemente, o valor dos ativos intangíveis da organização”* (GOMES *et al*, 2006) e o estabelecimento de relações positivas com a comunidade local é considerado pelas empresas *“como um ativo na forma de acumulação de capital social”* (GOMES *et al*, 2006) e é este capital que vai garantir a esperada *“licença para operar”*. A acumulação primitiva do capital, processo pelo qual o capitalismo foi gerado, afirmando-se historicamente, baseou-se numa reorganização das relações de produção, na separação dos camponeses de seus meios de produção e em sua constituição como mão de obra assalariável nas cidades. A menção à acumulação do “capital social” apóia, analogamente, embora no plano das subjetividades coletivas, na separação entre as comunidades locais e sua força crítica. A antecipação e a neutralização desta força dos atores sociais mobilizados por estudos de “risco social” estão constituindo um dos mecanismos de acumulação deste capital – “social” – em benefício das empresas (ACSELRAD, GIFFONI PINTO, 2009).

A reflexão de Boltanski e Chiapello sobre o papel da crítica na formação do espírito do capitalismo pode suscitar diferentes apreciações. De um lado do debate está aqueles que defendem que a empresa, por ser uma estrutura da sociedade, é permeável as suas demandas e que as críticas feitas pelos movimentos sociais fomentam a produção de dispositivos de justiça que tornariam as empresas capitalistas mais

sensíveis às questões sociais e progressivamente mais responsáveis. Entretanto, acreditamos que esta perspectiva pode não atentar para os mecanismos através dos quais estas críticas estão sendo incorporadas pela empresa.

Concordamos que as empresas modificam suas estratégias ante as críticas dos movimentos sociais, visto que a empresa não é imune às pressões da sociedade e, portanto, participa das transformações políticas e culturais das diferentes épocas. Não questionamos a capacidade e o poder de influência dos movimentos sociais, nem afirmamos a prevalência das forças econômicas sob as sociais. Ao contrário, o que tentamos mostrar foi a interferência da crítica social nos domínios da empresa. Contudo, estivemos interessados em analisar por quais processos e em qual direção tais modificações se concretizam e não dar como certo e inevitável o processo de “responsabilização” das empresas. O processo de contratação de consultorias especializadas em gerenciamento de “riscos sociais” e a conseqüente realização de investimentos sociais pelas empresas sob estes princípios nos trazem uma dimensão de controle da empresa frente às comunidades do entorno. Desta forma, o processo de “licenciamento social” não parece ser, embora divulgado como tal, uma democratização dos processos decisórios da empresa junto às comunidades do entorno, mas uma tentativa de obtenção do consentimento pelo investimento de partes dos lucros da empresa.

A legislação ambiental obriga que a empresa, para obter suas licenças, deve apresentar possíveis soluções para o gerenciamento e minimização dos impactos que irão decorrer das suas operações. Sob o ponto de vista da Aracruz, bem como de outras empresas, a “licença social para operar” poderia ser obtida em moldes semelhantes. Neste caso, as companhias atuariam no gerenciamento da sociedade, através de estudos e mapeamentos das comunidades mais críticas à empresa, das análises de como estão organizadas tais comunidades, quem são suas lideranças etc., a fim de mitigar possíveis impactos sobre a empresa. É importante ressaltar que obtenção da chamada “licença social” não passa pelos órgãos do Estado como o licenciamento ambiental, todavia está sendo financiada por ele.

Observamos que as alterações na gerência de sustentabilidade da empresa e a implantação de modificações nos planos e programas de responsabilidade socioambiental integram um conjunto de respostas às críticas recebidas. Contudo, estas respostas não necessariamente atendem às demandas dos movimentos sociais, mas podem ser interpretadas como tentativas de estabilizar os ganhos empresariais e

convencer as comunidades de que é através do comportamento consensual, e não conflituoso, que obterão vantagens da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, H. (org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2007, UFPE, Recife (PE).

ACSELRAD, H. GIFFONI PINTO, R. A Gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica, 2009. Revista PRAIAVERMELHA / Rio de Janeiro / v. 19 n° 2 / p. 51-64 / Jul-Dez 2009

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, Junho de 1999.

_____. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. Tempo soc. [online]. 2009, vol.21, n.1, pp. 65-87. ISSN 0103-2070.

_____. Ambientalismo Empresarial. *Le monde diplomatique*, São Paulo, out.2007. p.21.

ANDRADE, J. Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias socio-ambientais da Aracruz Celulose S. A (1990-1999). Tese – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. 2000.

_____. A dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais: o caso da gestão sustentável das plantações de eucalipto na Aracruz Celulose S.A. 34°. Congresso Anual de Celulose e Papel. ABTCP - Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, 2001

ARACRUZ. “Por dentro da Aracruz”. Publicação divulgada por ocasião do lançamento do relatório de sustentabilidade da Aracruz em 2005.

_____. “Das árvores aos lares. A geração de renda, emprego, divisas e impostos da cadeia produtiva da Aracruz Celulose.” Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2005.

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2006.

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2007.

_____. Relatório Anual e de Sustentabilidade. Ano base 2008.

_____. Publicação especial da Aracruz Celulose S.A. Gerência de Comunicação Corporativa, 2008.

_____. Diagnóstico de Sustentabilidade. 2009

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. El nuevo espíritu del capitalismo. Madrid: Akal, 2002.

_____. O Novo espírito do Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. O Capital Social: notas provisórias. In; NOGUEIRA, M & CATANI, A. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, M; BORIN, E. Investimento Social Privado: O caso da Companhia Vale do Rio Doce. Sem Data.

BEFEKI, T ; KYTLE, B. "Social Risk as strategic risk. Corporate social responsibility initiative, Working paper n ° 30. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University. 2006

BRAGA, R. Análise de Decisões de Investimento em Condição de Risco: Um Estudo na Veracel Celulose S/A. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Administração

na Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2006.

BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. Estratégia e Decisões de Investimento em Condições de Risco: um Estudo na Veracel Celulose S/A. In: Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia. SLADE, 2007, Barranquilla, Colômbia.

CAPPELLIN, P.;GIULIANI, G.M.; MOREL, R.; PESSANHA, E. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social, In KIRSCHNER, A.M.; GOMES, E.; CAPPELLIN, P. Empresa, empresários e globalização, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CDDH, Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Fomento Florestal O que é? A quem interessa? Quanto ganha o produtor? Teixeira de Freitas/BA. Jan. 1994

DALCOMUNI, Sônia Maria. A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo. Dissertação de Mestrado em Economia, UFRRJ, 1990.

FANZERES, A (coord.). Diagnóstico de conflitos sócio-ambientais em relação à plantações de árvores; Ministério do Meio Ambiente, Relatório Final, Março 2005

FASE. “Violação de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais na Monocultura do Eucalipto: a Aracruz Celulose e o estado do Espírito Santo - Brasil.” Vitória, 2002.

_____. “Agências de Crédito de Exportação, exportando a insustentabilidade. O caso Aracruz Celulose”. Espírito Santo, 2003.

_____. “H2O para a Celulose X Água para todas as línguas. O conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A”. Espírito Santo, 2006.

FASE/IBASE. “Arquivo sobre exploração florestal no norte do Espírito Santo e Sul da Bahia.” Rio de Janeiro, 1994.

FERREIRA, S. 2002. Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. Dissertação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

GOMES; A. et al. Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. Rev. Árvore vol.30 no.6 . Viçosa Nov./Dec. 2006.

HOLME , R. WATTS, P. Responsabilidade social empresarial: bom senso aliado a bons negócios. Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. 2000. <http://www.cebds.org.br/cebds/pub-docs/pub-rse-bom-senso-aliado-negocios.pdf>. Acesso em 15/03/2009.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Perfil de Políticas de Responsabilidade Social. Aracruz, Stora Enso e Veracel. Abril de 2004. Disponível em: www.os.org.br/arquivos.../1036abr2004perfilRSE_VERACELportb.pdf 150

LINS. C. A Questão dos Riscos Intangíveis na Valoração das Empresas. Congresso IBC de Gestão Estratégica de Riscos. 28 a 30 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/IMG/ppt/doc-164.ppt>.

LOBINO, C. As entidades associativas não-governamentais e o monocultivo do eucalipto no Espírito Santo. Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

LÔBO, L. Relevância social das florestas plantadas. Monitoramento social/ambiental: perspectivas e desafios para o setor florestal no Brasil. XXXI Congresso Brasileiro de ciência do solo. Gramado, 2007.

LOUREIRO, K. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupinikim e Guarani Mbya1 Revista Ágora, Vitória, n.3, 2006.

- KYTLE, B, RUGGIE, J. "Corporate social responsibility as risk management: A model for multinacionais" . Corporate social responsibility initiative, Working paper n ° 10. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University. 2005
- _____, M. T; SCARIM, P; FERREIRA, S; FOEGER, T. Impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose nas terras indígenas Guarani e Tupinkim - ES. 2004
- MENEZES, P. "Estratégias empresariais „em crise“: como conciliar responsabilidade social com desemprego?" UFRJ, Mimeo, 2010.
- PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia*. [online]. set. 2000, no.33 p.133-158. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007&lng=pt&nrm=iso>.
- RAMALHO, J. R.; ESTERCI, N. A Resistência em campo minado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.32, ano 11, 1996.
- SOUZA, I; OVERBEEK, W. Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Aracruz Celulose e Stora Enso: Uma história de ilegalidades, descaso e ganância. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2008
- SCHUBERT, A; VILLAS, F; OVERBEEK, W. "A reconquista da Terra Indígena no Espírito Santo", *Revista Proposta* no. 107/108, Dez/maio 2005.
- VENTURA, E; VIEIRA, M. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil. *Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Administração*, 2006. Salvador, BA.
- VINHA, V. O Estado e as Empresas "Ecologicamente Comprometidas" sob a Ótica do Neocorporativismo e do State-Society Synergy approach: o Caso do Setor de Papel e Celulose. *Revista Arché Interdisciplinar*. Ano VIII N° 25, 1999. Universidade Cândido Mendes, RJ.
- _____. *Regulação e Auto-Regulação no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Responsabilidade Social Empresarial: o caso do setor de petróleo & gás*. Disponível em:http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/o_estado_e_as_empresas_ecologicamente_comprometidas.pdf
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.